

## ANTIRRACISMO(S) DE OUTRORA:

Juliano Moreira, Manoel Querino e a luta contra o racismo científico (1870-1933)

Mateus Ferreira Galvão<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 17/12/2020.

Artigo aceito em: 23/08/2021.

**RESUMO:** Em meados do século XIX e início do século XX o Brasil passou por um processo de ressignificação das hierarquias sociais e política com o declínio da escravidão e a ascensão da República. O controle da população negra recém liberta e as propostas de projetos nacionais para redefinir os novos rumos da sociedade figurava entre as preocupações das elites intelectuais. A construção de um projeto nacional tinha como base as teorias raciais que enxergava a população negra como o “problema” a ser solucionado. Este trabalho pretende lançar luz, seguindo a ideia de “multiplicidade da diáspora” no “Atlântico negro” de Paul Gilroy, sobre as trajetórias e atitudes antirracistas dos intelectuais baianos negros Manuel Querino e Juliano Moreira, diante do racismo científico que hegemonizava nos meios acadêmicos daquele período.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juliano Moreira; Manoel Querino; Antirracismo; Atlântico Negro; Racialismo científico.

ANTI-RACISM(S) OF YORE: Juliano Moreira, Manoel Querino and the fight against scientific racialism (1870-1933).

**ABSTRACT:** In the middle of the 19th century and the beginning of the 20th century, Brazil underwent a process of redefinition of social and political hierarchies with the decline of slavery and the rise of the Republic. The control of the newly liberated black population and proposals for national projects to redefine the new directions of society were among the concerns of intellectual elites. The construction of a national project was based on racial theories that saw the black population as the "problem" to be solved. This work intends to shed light, following the idea of “multiplicity of the diaspora” in Paul Gilroy's “Black Atlantic”, on the anti-racist trajectories and attitudes of black Bahian intellectuals Manuel Querino and Juliano Moreira, in the face of the scientific racialism that hegemonized in the academic circles of that period.

**KEYWORDS:** Juliano Moreira; Manoel Querino; Anti-racism; Black Atlantic; Scientific racialism.

---

<sup>1</sup> Licenciado em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduando em História (Bacharelado) pela mesma instituição; Professor de História da Rede Estadual de Educação da Bahia (SEC-BA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5167576125751886>. E-mail: [mateus\\_galvao7@hotmail.com](mailto:mateus_galvao7@hotmail.com).

## Introdução

Vivemos atualmente em uma conjuntura de crise global que põe em xeque as bases institucionais da democracia liberal (CASTELLS, 2018). Entre as reivindicações mais urgentes no bojo dos movimentos sociais e do conjunto da sociedade podemos citar, entre outros, a superação do racismo e das desigualdades sociais. Movimentos ativistas internacionais como *Black Lives Matter* têm pressionado e influenciado os diversos segmentos da sociedade civil à um posicionamento e um maior engajamento diante da luta antirracista. No Brasil, o livro *Pequeno Manual Antirracista* (2019) da escritora negra Djamila Ribeiro desponta entre os livros de não-ficção mais vendidos no ano de 2020 segundo o site da revista *Veja*<sup>2</sup>, além de ter sido a obra vencedora do 62º Prêmio Jabuti<sup>3</sup> de literatura na categoria ciências humanas. Isso nos indica de forma mais palpável como o ideal e o sentimento antirracista permeia o imaginário de parte considerável da população brasileira.

Perante esse cenário e entendendo que o olhar sobre o passado acontece através das carências de orientação do tempo presente (RÜSEN, 2001) este trabalho pretende lançar luz sobre as trajetórias e atitudes dos intelectuais negros Manuel Querino (1851-1923) e Juliano Moreira (1872-1933), diante das ideias racialistas que hegemonizava nos meios acadêmicos e intelectuais do Brasil entre meados do século XIX e início do século XX.

Manuel Querino e Juliano Moreira nasceram na Bahia e viveram num período marcado pelo processo de ressignificação das hierarquias sociais com o declínio da escravidão e de mudanças políticas que levaram o fim do Império e a ascensão da República (ALBUQUERQUE, 2009). Aquele momento foi marcado por preocupações entre as elites brasileiras em exercer o controle sobre a população

---

<sup>2</sup> VEJA. Os livros mais vendidos(não-ficção), c2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/livros-mais-vendidos/nao-ficcao/>>. Acesso em:14 de nov. 2020.

<sup>3</sup> CÂMARA BRASILEIRA DOS LIVROS (CBL). Jabuti: premiados 2020, c2020. Disponível em: <<https://www.premiojabuti.com.br/premiados-por-edicao/premiacao/?ano=2020>>. Acesso em: 14 de dez. 2020.

negra recém liberta e de propor projetos nacionais para redefinir os novos rumos da sociedade brasileira.

A partir desse parâmetro, será analisado como as teorias racialistas foram apropriadas no *métier* intelectual brasileiro e como esses personagens reagiram a essas ideias através de seus trabalhos intelectuais. Por fim, seguindo a ideia de “multiplicidade da diáspora” no contexto do “Atlântico negro” de Paul Gilroy, investigar as especificidades das ações antirracistas de Manoel Querino e Juliano Moreira através das suas ações cotidianas.

### **Teorias racialistas: Sílvia Romero, Nina Rodrigues e Cesare Lombroso**

Com o cenário movediço de transformação da realidade nacional é que de forma lenta e gradual os setores aristocráticos tentavam adiar o declínio da instituição escravista. As ideias positivistas em voga promoviam a ciência como signatária do progresso e diante do quadro de mudanças as elites intelectuais tomavam consciência de sua importância perante os novos rumos nacionais. Entre as elites intelectuais brasileiras a construção de novos projetos nacionais, surgidos naquela conjuntura, tinha como elemento fundamental teorias raciais que elegia a população negra como o “problema” a ser solucionado.

Dessa forma, emerge um discurso científico e etnológico que realocava um novo espaço de inferiorização na transformação de escravos em negros (CORRÊA, 2013). Nessa nova categoria de análise o negro deixou de ser uma “máquina econômica” e passa a ser visto como um “objeto da ciência” (ROMERO, 1879, p.99). Membro de destaque do movimento intelectual denominado “Escola do Recife”, surgido nas dependências da Faculdade de Direito do Recife em 1870, Sílvia Romero defendia um projeto de nação baseado na tese do branqueamento da população através do processo de mestiçagem com o incentivo à imigração europeia:

“O futuro povo brasileiro será uma mescla afro-indiana e latino-germânica, se perdurar, como é provável, a imigração alemã, ao lado da portuguesa e italiana. (...) O Brasil não deve contar seriamente com os

índios e negros como elementos de uma civilização futura, ainda que estenda até eles os benefícios do ensino.” (ROMERO, 1888, p 21)

Dessa forma, ele acreditava que haveria o desaparecimento gradual da população negra e indígena no processo de formação da futura civilização brasileira. Essa solução proposta por Silvio Romero não era uma unanimidade entre os intelectuais da sua geração, enxergar a miscigenação de forma positiva foi uma solução original encontrada por uma parte desses intelectuais para viabilizar um projeto de nação dentro do paradigma do racismo científico (SCHWARCZ, 1993). Por outro lado, a mestiçagem era percebida de forma negativa o que ocasionou uma perspectiva pessimista sobre esses projetos de nação.

A visão pessimista sobre a miscigenação era compartilhada por parte dessa elite intelectual, pois era entendida como sinônimo de degeneração. Dentro do jargão científico do período a degeneração provocada pela mestiçagem tinha implicações negativas na saúde física e mental da população. Um dos defensores dessa tese era o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1902), considerado o precursor da Medicina Legal no país e consagrado professor e pesquisador da Faculdade de Medicina da Bahia. Seus estudos e pesquisas circulavam nos principais periódicos de Medicina do país, a Gazeta Médica da Bahia e o Brazil-Medico do Rio de Janeiro, além de revistas internacionais, nos quais as discussões sobre suas pesquisas podiam ser apreendidas.

Na Medicina Legal, o modelo jurídico e médico se absorvem (CORRÊA, 2013) e as discussões racialistas transparece nas faculdades de Direito e Medicina, como observada nas discussões de Sílvia Romero e Nina Rodrigues, além de outras instituições (Museus e Institutos Históricos) de caráter intelectual do país (SCHWARCZ, 1993). Apesar da divergência sobre o aspecto da mestiçagem, os dois convergiam sobre a necessidade de estudos sobre os negros, especialmente a população africana:

“Exigências do ensino da medicina legal, disciplina que professo, impondo-me o dever de conhecer de perto os Negros brasileiros, ofereceram-me oportunidade de apreciar a exatidão do juízo externado há vinte anos pelo Dr. Sílvia Romero. Hoje é a Bahia talvez a única

província ou estado brasileiro em que o estudo dos Negros africanos ainda se pode fazer com algum fruto.” (RODRIGUES, 2010, p 23)

A preocupação de Nina Rodrigues sobre seu “objeto de pesquisa” se tornava ainda maior, pois havia constatado através de suas pesquisas que a população africana estava envelhecendo e diminuindo cada vez mais no contexto do pós-abolição. Em sua visão, era necessário um esforço para coligir informações para os estudos científicos da “raça negra” no Brasil e entendia que na Bahia residia a maior parte dessa população africana. Esses estudos serviriam para um melhor entendimento das influências das diferentes etnias africanas e suas culturas, línguas e costumes na sociedade brasileira, visto que a população negra ainda era considerada um “problema”.

Em suas inquirições Nina Rodrigues atribuía perfis psíquicos às diferentes raças e pontuava a influência disso na criminalidade. Nesse sentido, ele acreditava haver uma espécie de criminalidade étnica, no qual existiria diferentes níveis de evolução moral e jurídica entre as raças e isso ficaria nítido em sociedades em que várias “raças” coexistiam, esse tipo de pensamento implicaria em críticas sobre o código penal da época que não considerava essas variáveis baseados em estudos ditos “científicos” (RODRIGUES, 2011).

Essas discussões de cunho jurídico emergiram com as propostas para a elaboração do então novo código penal de 1890. Tais ideias eram reflexo da influência do pensamento positivista e os intelectuais brasileiros buscaram respostas na ciência para resolver questões pertinentes para a sociedade naquele período. De forma mais específica, a influência do médico e antropólogo físico Cesare Lombroso (1835-1890) e a sua “galáxia” de associados italianos, pertencentes a Escola Positiva de Criminologia de Turim, teve grande impacto entre os intelectuais no Brasil (SANSONE, 2020).

As teorias de Lombroso foram bastante populares no país e serviram de base à chamada Antropologia criminal que buscava através da frenologia, ou das técnicas de craniometria (medição de crânios), reconhecer características físicas

inatas pertencente à grupo de criminosos ou “seres atávicos”, percebidos como “homens delinquentes menos evoluídos”. Em uma série de pesquisas publicadas na seção de “Anthropologia Criminal” da Gazeta Médica da Bahia em 1892, Nina Rodrigues divulgou os resultados dessas técnicas utilizadas na medição craniana do “famoso salteador” Lucas de Feira.<sup>4</sup>

Sob a perspectiva da Antropologia criminal que interpretava de forma particular as teorias raciais, o perfil do “homem delinquente”<sup>5</sup> era comumente associado às “populações de cor” que carregava todos os estigmas que os desabilitavam a fazer parte dos projetos de nação idealizados por esses intelectuais. Daí surgem as questões: quais os impactos dessas teorias raciais sobre os intelectuais negros e mestiços? como eles reagiram a essas teorias?

### **Juliano Moreira**

Para refletirmos sobre essas indagações sigamos a trajetória de Juliano Moreira, um intelectual negro baiano que ingressou de maneira precoce, aos 13 anos, na Faculdade de Medicina da Bahia iniciando uma trajetória de elevado destaque profissional chegando a tornar-se diretor do Hospital Nacional dos Alienados no Rio de Janeiro entre os anos de 1903 a 1930. Nascido no ano de 1873 na cidade de Salvador na antiga província da Bahia, de origem humilde, foi apadrinhado pelo médico baiano Adriano Gordilho, o Barão de Itapuã, ao qual sua mãe prestava serviços em sua casa. Era mestiço, filho de português que exercia a função de inspetor de iluminação pública encarregado de fiscalizar os acendedores de lampião das ruas (SANTOS, 2013, p.47) (LOPES, 1997, p.180).

Juliano Moreira representa um contraponto ao pensamento racista que imperava naquele ambiente acadêmico, aliás, somente a sua presença como intelectual negro em meio a esse cenário é algo extremamente curioso. Desse modo, vale a pena ressaltar um trecho de seu discurso ao ser aprovado no concurso para

---

<sup>4</sup> Gazeta Médica da Bahia, N°9, 10, 11, 12, 1892.

<sup>5</sup> O termo em referência à obra influente de Cesare Lombroso “O Homem delinquente” lançado em 1880.

professor da Faculdade de Medicina da Bahia: “a quem se arreceie de que a pigmentação seja nuvem capaz de marear o brilho desta faculdade” (MOREIRA, 1896 *apud* ODA e DALGALARRONDO, 2000).

No respeito à atuação da prática profissional, a visão de Moreira destoava sobre questões que associavam degeneração à mestiçagem. Mediante suas pesquisas referente às doenças mentais, Juliano Moreira confrontava diretamente seu pensamento com as ideias defendidas por Nina Rodrigues sobre raça e doença mental. Nesse sentido, Moreira entendia o tema sobre as degenerações mentais por outro viés, suas investigações eram influenciadas pelas teorias organicistas de Kraepelin<sup>6</sup>, grosso modo, o que preponderava era o determinismo físico-orgânico entre as causas e origens das doenças mentais (VENÂNCIO, 2004). Portanto, por esse viés, Moreira introduziu novas ideias ao campo psiquiátrico brasileiro sendo um rigoroso crítico do determinismo racial e geográfico sobre as questões das degenerações mentais.

Segundo a historiadora Magali Gouveia Engel:

“Juliano Moreira asseverava que as variações psicológicas manifestadas por indivíduos pertencentes a diversos grupos raciais seriam decorrentes, sobretudo, dos diferentes níveis de instrução e educação, concluindo que “[...] indivíduos pertencentes a grupos étnicos considerados inferiores, quando nascidos e criados em grande cidade, apresentavam melhor perfil psicológico do que indivíduos, mesmo provindo de raças nórdicas, criados no interior do país em um meio atrasado”. (MOREIRA, 1929 *apud* ENGEL, 2013, p54).

Ou seja, o foco não estava relacionado a questão racial em si, mas, entre outros motivos, à questão organicista individual e de instrução educacional. Reforçando essa ideia, Juliano Moreira escreveu um artigo para o periódico *Brazil-Medico* intitulado, *A luta contra as degenerações nervosas e mentais* (1922), e defendia de forma direta uma luta contra as “degenerações mentais” que extrapolavam o muro dos asilos dos alienados:

---

<sup>6</sup> Emil Kraepelin (1856-1926) foi um psiquiatra alemão e é comumente citado como o criador da moderna psiquiatria e genética psiquiátrica.



“Continuemos nas oficinas, nas escolas secundárias, nas escolas superiores e em todas as collectividade o trabalho de hygiene mental que tornará effectiva a melhor prophylaxia contra os fatores de degeneração de nossa gente sempre sem ridículos preconceitos de côres ou castas [...]” (MOREIRA, 1922, p. 226)

Dentro do paradigma sanitaria Juliano Moreira defendia, de acordo com as possibilidades daquele contexto, um ensino que através do trabalho de higiene mental combatia o racismo científico em voga. Além disso, podemos destacar várias medidas adotadas por Juliano Moreira sobre maneiras mais humanizada de tratar os pacientes ao assumir o Hospício Nacional dos Alienados. Entre essas medidas a abolição do uso de coletes e camisas de força; a retirada de grades de ferro das janelas, etc. (ODA e DALGALARRONDO, 2000).

Ao escrever o artigo *Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil* (1905), Moreira deixa algumas impressões sobre os “elementos formadores na nossa nacionalidade” através do olhar da higiene mental. Dentro de um quadro complexo, nos apresenta uma “História do Brasil”, no qual, pelo viés sanitaria, questionava a razão da mestiçagem figurar entre os fatores de decadência social da nação, ideia essa defendida pelos intelectuais mais pessimistas como Nina Rodrigues. Vejamos seu questionamento:

“O álcool representou nesse bárbaro processo de colonização o maior papel imaginável. Com ele procuraram aumentar a pacatez das vítimas, mas simultaneamente foram-se-lhes infiltrando nos neurônios os elementos degenerativos que, reforçados através do tempo, dão a razão de ser de muita tara atual atribuída à raça e à mestiçagem por todos aqueles que não querem se dar ao trabalho de aprofundar as origens dos fatos.” (MOREIRA, 2011, p.729)

“Perdoada seja esta suposta digressão cujo fim foi: primeiro, mostrar que à má natureza dos elementos formadores de nossa nacionalidade deve-se a nossa vasta degenerescência física, moral e social que injustamente se tem ligado ao fato da mestiçagem.” (MOREIRA, 2011, p.730)

Juliano Moreira apresentava o impacto do tráfico negreiro na saúde das vítimas do processo de colonização e elegia o alcoolismo como um fator importante para a “degenerescência física, moral e social” na formação da nação, minimizando



assim, o debate sobre causas relacionadas ao “problema do negro” ou da mestiçagem.

Juliano Moreira entrou em debates associado à pauta da imigração, no decorrer da Primeira República essa era uma discussão que envolvia discursos que promovia a imigração europeia e restringia ou dificultava o incentivo à imigração de populações não brancas, não apenas negros, mas também povos de nações asiáticas. Nesse sentido, seu discurso ampliava o combate às formas de preconceito ligado a cor ou etnia, confrontando-se com ideias xenofóbicas relacionadas à imigração japonesa. O controle à imigração defendido por Juliano Moreira estava alinhado “sob o ponto de vista mental”, não defendia restrições sob o pretexto da distinção de “raça ou nacionalidade”, ele considerava o “aspecto individual” que evitasse qualquer imigrante que apresentasse “perturbação mental congênita ou adquirida” (MOREIRA, 1925).

Como visto, a desvinculação entre degenerescência e mestiçagem defendida por Moreira, tinha implicações que extrapolava os corredores dos hospícios e asilos se estendendo às outras áreas da sociedade. Essa tendência era refletida, também, no modo de enxergar a História do país e em questões contemporâneas ao seu tempo, em sua perspectiva os problemas de ordem higiênica e sanitária enfrentados pela nação não seria uma questão relacionada a mestiçagem ou à imigração africana e de não brancos.

### **Manoel Querino**

Manoel Querino foi um intelectual negro que nasceu na cidade de Santo Amaro no Recôncavo da Bahia em 1851, por alguns conhecido como “autodidata”, figurou em diversos espaços sociais como professor, jornalista, escritor, político, militante operário, abolicionista e artista. De origem pobre e filho de negros livres, perdeu os pais durante a infância e foi entregue ao tutor Manuel Correia Garcia, homem branco educado na Europa e professor da Escola Normal da Bahia. (GLEDHILL, 2020; GUIMARÃES, 2004)

Como mencionado Manoel Querino atuou em diversos espaços sociais e uma revisão completa da sua trajetória exige um esforço considerável, porém existem vários trabalhos que se debruçaram nos rastros de Querino.<sup>7</sup> Aqui irei me ater a suas publicações de cunho etnográfico principalmente em seus escritos em *O colono preto como fator da civilização brasileira*, *A arte culinária na Bahia*, seu ensaio *A raça africana e seus costumes na Bahia*.

Seguindo seus passos, especialmente em sua obra *O colono preto como fator da civilização brasileira*, o pensamento de Manoel Querino seguia na contraposição do pensamento hegemônico intelectual que considerava o negro como “um problema” e traçava de forma positiva a “colonização” do povo negro no país. Desse modo, demonstrava em seus escritos que o “colono africano” possuía conhecimentos importantes na mineração, na agricultura, pecuária, na arte da navegação entre outras habilidades essenciais para o desenvolvimento da nação. (QUERINO, 1980)

Nessa obra, Manoel Querino tratava o negro, não como um “objeto da ciência” e de maneira abstrata, mas como um agente importante na história do país, pois em sua perspectiva as riquezas aqui conquistadas era fruto do trabalho laborioso desses agentes, enfatizando o “colono preto” como “fator máximo” na construção econômica do Brasil.

Em tom de denúncia escrevia sobre a violência da escravidão moderna e colocava em evidência a agência dos negros nas diversas estratégias de resistência, desde o suicídio, levantes, fugas, formação dos quilombos e na ajuda mútua para a obtenção de alforria. Assim, em perspectiva histórica, a liberdade dos negros escravizados não seria uma “dádiva” concedida e aceita de forma passiva, mas consequência da evolução de suas lutas ao longo do tempo. Esse ponto de vista histórico só recentemente adentrou nos ciclos acadêmicos e no ambiente escolar do livro didático. Saindo do campo teórico, Querino efetivou de forma prática

---

<sup>7</sup> Cito alguns: Jaime Sodré, *Manoel Querino: um herói de classe e raça*, Salvador, 2001; Jaime Nascimento e Hugo Gama, *Manoel Querino e seus artigos na Revista do Instituto Geográfico da Bahia*, Salvador, IHGB, 2009; Sabrina Gledhill, *Travessias no Atlântico Negro: reflexões sobre Booker T Washigton e Manoel R Querino*, EDUFBA, 2020.

resistências à instituição escravista participando de clubes abolicionistas como a Sociedade Libertadora Baiana e sua “ideia de civilização não excetuavam os africanos nem a irracionalidade fazia parte da “raça negra” (ALBUQUERQUE, 2009, p.87). Em oposição à ideia propagada sobre o elemento negativo da mestiçagem, Manoel Querino exaltava os talentos de vários intelectuais mestiços que eram consagrados no imaginário intelectual do período.

“Do convívio e colaboração das raças na feitura deste País, procede esse elemento mestiço de todos os matizes, donde essa plêiade ilustre de homens de talento que, no geral, representaram o que há de mais seletos nas afirmações do saber, verdadeiras glórias da nação. Sem nenhum esforço pudemos aqui citar o Visconde de Jequitinhonha, Caetano Lopes de Moura, Eunápio Deiró, a privilegiada família dos Rebouças, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Cruz e Souza, José Agostinho, Visconde de Inhomirim, Saldanha Marinho, Padre José Maurício, Tobias Barreto, Lino Coutinho, Francisco Glicério, Natividade Saldanha, José do Patrocínio, José Teófilo de Jesus, Damião Barbosa, Chagas, o Cabra, João da Veiga Wdrici e muitos outros, só para falar dos mortos. Circunstância essa que nos permite asseverar que o Brasil possui duas grandezas reais: a uberdade do solo e o talento do mestiço.” (QUERINO, 1980, p 156,157).

Com essa tática Manoel Querino contestava de forma sucinta as ideias do racialismo científico, especialmente as considerações de Nina Rodrigues que considerava a mestiçagem o maior entrave para a construção da nação, ideias essas que circulava nos meandros da Faculdade de Medicina da Bahia.

Outra maneira de representar de forma positiva o papel do negro na sociedade foi evidenciar a sua contribuição na culinária baiana. Em *A arte culinária na Bahia*, a formação étnica do Brasil foi percebida através da cozinha baiana e junto aos elementos da cultura portuguesa, indígena e africana, porém, na sua visão, o fator de excelência da culinária baiana centrava-se na primazia do elemento africano. Dessa forma, deixou um registro de grande valor sobre a culinária baiana descrevendo o modo de preparo de diversas iguarias na época e que ainda permanecem nos dias atuais (QUERINO, 1957).

Sobre a *A raça africana e seus costumes na Bahia* (1916), Manoel Querino representava através de fotografias os africanos resididos na Bahia de forma humana e digna. Segundo as análises de Christiane Silva Vasconcellos “o ensaio é pioneiro

na utilização de fotografias para produção historiográfica sobre a temática de africanos na Bahia”, além do mais, o jeito que foram montadas as fotografias seguia na contramão dos teóricos racialistas que enquadrava as populações não brancas de maneira ignóbil em formato de “catálogo de espécies” (SILVA VASCONCELLOS, 2009).

Essa atitude de contraste era refletida em seus escritos de modo incisivo:

“[...] deixamos aqui consignado o nosso protesto contra o modo desdenhoso e injusto por que se procura deprimir o africano, acoimando-o constantemente de boçal e rude, como qualidade congênita e não simples condição circunstancial, comum, aliás, a todas as raças não evoluídas.” (QUERINO, 1938 *apud* GLEDHILL, 2010)

Em seus “versos” Querino protestava explicitamente, mais uma vez, “contra o desdenhoso e injusto por que se procurava deprimir o africano chamando-o de rude e boçal” (QUERINO, 1955. *Apud*, ALBUQUERQUE, 2009, p.223). As fotografias de cunho etnográfico organizadas por Querino continham representantes do candomblé, a representação das pessoas de santo e do seu “refinamento cultural” nas imagens era uma atitude promovida para combater a perseguição religiosa policial daquele período (SILVA VASCONCELLOS, 2009).

A partir das publicações analisadas nesse tópico, podemos constatar que foram várias as atitudes de Manuel Querino na tentativa de valorizar os negros e dar luz as suas contribuições com o intuito de transformá-los em um fator civilizacional positivo. De acordo com as palavras da historiadora Sabrina Gledhill as maiores contribuições de Querino foi sua “insistência para que a história nacional levasse em consideração suas raízes africanas e a presença e influência dos africanos” (GLEDHILL, 2020, p.118-119).

### **Comparações e desconexões**

Após essas considerações parciais das trajetórias de Juliano Moreira e Manoel Querino podemos estabelecer comparações e “desconexões” entre esses intelectuais negros. Para isso creio que devemos partir de uma reflexão que

compreenda as subjetividades dos sujeitos, as suas diferentes concepções da realidade e a conseqüente “agência múltipla” (ALBUQUERQUE, 2009).

Nesse sentido, por mais estreitas que pareçam as atitudes desses ilustres baianos em frente ao racismo científico, as suas ações eram heterogêneas e partiam de uma subjetividade específica. Segundo o sociólogo inglês Paul Gilroy:

“Onde as comunidades de interpretação, necessidades e solidariedade sobre as quais se assentam as culturas do Atlântico negro se tornam uma multiplicidade intelectual e política, elas assumem uma forma fractal na qual a relação entre comunidade e diferença se torna tão complexa que pode continuamente enganar os sentidos. Nossa capacidade de generalizar e comparar as culturas negras é circunscrita, portanto, pela escala de análise que está sendo realizada. Os contornos que são percebidos desses movimentos variam de acordo com a posição precisa do observador” (GILROY, 2012, p. 241)

Usualmente o conceito de Atlântico Negro serve para dar conta de análises comparativas transnacionais da diáspora negra entre locais e espaços distintos. Nesse aspecto, as lutas antirracistas podem apresentar similaridades que permitam interconectar trajetórias de personagens negros ao longo do Atlântico<sup>8</sup>. Contudo, a ideia elementar de “multiplicidade diaspórica” se torna uma ferramenta útil para esta pesquisa. Seguindo a ideia de “multiplicidade da diáspora” de Gilroy<sup>9</sup>, essa heterogeneidade de ações “é uma formação caótica, viva e inorgânica”, ou seja, as ações são dinâmicas e móveis. Além disso, a ideia de multiplicidade da diáspora deixa evidente a “dinâmica política e ética negra de história inacabada”, a pluralidade das culturas e das ações em suas “similaridades e diferenças”.

A partir dessa reflexão teórica, podemos lançar mão de um método comparativo frutífero para analisar a trajetória desses intelectuais negros de épocas e espaços semelhantes, porém destacando a heterogeneidade das suas batalhas contra

---

<sup>8</sup> Cito como exemplo o estudo recente realizado pela historiadora Sabrina Gledhill que usa o conceito de Atlântico Negro ao comparar as similaridades das trajetórias e das táticas antirracistas de Manoel Querino no Brasil e de Booker T. Washington nos Estados Unidos (GLEDHILL, 2020).

<sup>9</sup> Ver: GILROY, Paul. O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro. Editora 34; Universidade Cândido Mendez, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

o racismo (GILROY, 2012, p. 243). Em diálogo com o intelectual negro norte americano W.E.B Du Bois (1868-1963), Gilroy discute sobre três fases “desordenadas” da multiplicidade diaspórica:

“A primeira pode ser definida pelas lutas contra a instituição da escravidão conduzidas em todo o Novo Mundo. Eram lutas pela emancipação do trabalho coagido, produzindo mercadorias para venda em um mercado mundial, e do sistema distintamente moderno de opressão codificada em cor a ele associado. *A segunda é identificável através das lutas prolongadas para conquistar status humano e os consequentes direitos e liberdades burgueses para as populações negras libertas dos países modernizados e industrializados, nos quais liberdade, justiça e direito ficam marcados como "Apenas para Brancos"*. Essas lutas, acima de tudo, eram uma busca pela cidadania, quer conduzidas no contexto de sistemas de mão-de-obra migrante administrados pelo estado, quer nas estruturas menos formais e menos centralizadas da subordinação racial. Essa dinâmica está ligada tanto às formas políticas que a sucedem como a escravidão que a antecedeu. Ela extrai grande parte de sua força e de sua potência simbólica dos padrões distintivos e vibrantes da ação política coletiva possibilitada pela escravidão. O terceiro conjunto de lutas políticas pode ser definido pela busca de um espaço independente no qual comunidade e autonomia negras podem desenvolver-se em seu próprio ritmo e direção.” (DU BOIS, 1903 *apud* GILROY, 2012, p. 242). [grifo nosso]

Em um diálogo transnacional de lutas políticas dos negros pela cidadania, a segunda fase da multiplicidade diaspórica nos orienta a conectar as atitudes antirracistas de Querino e Moreira no contexto amplo do Atlântico Negro, assim como, refletir sobre essas ações no contexto específico de pós-abolição no Brasil. A variedade de lutas numa escala ampliada ou reduzida pode tanto apontar semelhanças entre atitudes de pessoas e grupos em locais diversificados, como tornar mais complexa a análise. Entretanto, Gilroy adverte que:

“A heterogeneidade com que as batalhas contra o racismo se manifestam em todas essas etapas é um lembrete de que as três dimensões não obedecem a uma sequência linear clara. Os traços de cada uma passam a ser inscritos no imaginário político e cultural das outras. As lutas orientadas para determinadas metas táticas muitas vezes coexistiam e até se contradiziam ativamente entre si por gerarem conjuntos radicalmente diferentes de prioridades políticas, alianças e agendas conceituais.” (GILROY, 2012, p. 243).

Nesse sentido, a experiência na modernidade cativou esses personagens a promoverem atitudes singulares na realocação do negro dentro de um projeto de cidadania que não os excluíssem.

Juliano Moreira era “mestiço” e seu pai um português, foi casado com a enfermeira alemã Augusta Peick (SANTOS, 2020, p. 95) e vivenciou uma experiência “cosmopolita”, conheceu a realidade europeia em suas viagens acadêmicas e teve um consequente aumento do seu capital cultural que o orientava nas suas reflexões sobre a sua própria inserção na modernidade. Em 1928 Moreira viajou para o Oriente e conheceu de perto o Japão, isso acrescentou ainda mais seu “aparato cosmopolita” e sua reordenação na batalha contra o racismo parece ter se centrado nessa dinâmica.

Nas entrelinhas de seu discurso sobre as relações internacionais da imigração revela-se o desejo pela diminuição de entraves causados pelo deslocamento entre grupos étnicos entre os Estados-nação. Na sua percepção médico-higienista a preocupação com prevenção de fatores degenerativos eram visíveis, entretanto, isso se estendia para o fator individual. Seguindo esse raciocínio, ao analisarmos a sua obra *Impressões de uma viagem ao Japão* em 1928 transparece um entusiasmo por relações culturais que interagisse de modo dinâmico com a modernidade:

“Dentre os povos do Oriente os que melhor se adaptou aos chamados progresso do Ocidente foi incontestavelmente o japonês.” (MOREIRA, 1938, p. 111)

“Não ser talvez o inglês todos os representantes de todos os outros povos andam ali diluídos em nossa população, às vezes até *com perda completa das características mais frisantes dos seus ascendentes*, com a aquisição das qualidades e até infelizmente dos defeitos de nossa gente.” (MOREIRA, 1938, p. 113) [grifo nosso]

“Sob o ponto de vista biológico e social não» condeno a imigração japonesa, pelas razões já allegadas, assim como porque sob o ponto de vista biológico, estou certo de que *o japonês da segunda geração em diante, nascido no Brasil, será um brasileiro tão afastado do typo original como o filho e o neto do português, do hespanhol, italiano, alemão, etc., nascidos no Brasil que não se julgam' mais ligados, senão excepcionalmente, à patria de seus pães e avós.*” (MOREIRA, 1938, p. 114) [grifo nosso]

Dessa forma, suas atitudes antirracistas seguiam no caminho da inserção do negro no projeto de nação, assim como, num “projeto universalista de desenvolvimento”, sem a necessidade de reforçar um retorno às tradições africanas ou ao “typo original”. Assim defendia a inserção do negro nos pressupostos de



cidadania como qualquer outro grupo étnico, enquadrados nos pressupostos das hierarquias sociais, não raciais, das “práticas políticas modernizadoras e civilizatórias” (RIOS, 2016).

Por outro lado, Manoel Querino não teve a mesma experiência para além das fronteiras nacionais, contudo, fez viagens pelo Nordeste, se estabeleceu por um período no Rio de Janeiro e voltou a se fixar na Bahia (GLEDHILL, 2020). Em atitudes antirracistas procurava elevar o negro a um patamar de destaque da sociedade brasileira e nos meios de representação cultural. Suas atitudes seguiam a trilha da “afrocentricidade” na tentativa de recomposição da tradição africana dentro da modernidade, daí percebemos o “colono preto” como fator da civilização. Como frequentador dos terreiros essa ligação tornava-se mais viva e a sua atuação na direção do grupo carnavalesco negro Pândegos da África endossa ainda mais esse fato. Os clubes carnavalescos negro foram atrações de importância considerada durante o fim do século XIX na Bahia e durante esse período havia um desejo das elites brancas em substituir o Entrudo<sup>10</sup> pelo Carnaval de modelo europeu. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 226). A Embaixada Africana e os Pândegos da África foram clubes carnavalesco negro de significativa repercussão e “promoviam o candomblé nas ruas”, além de tematizar e idealizar a África em seus desfiles. Segunda descrição de Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Filho percebemos valiosos detalhes sobre os Pândegos da África:

“A multidão negra tomava as ruas, cantando canções em língua iorubá ao som de atabaques, os mesmos tambores usados nos cultos afro-brasileiros. Manoel Querino, professor, escritor e abolicionista negro, foi membro da sua diretoria em 1900. Para ele, o desfile desse clube era a reprodução de festejos que ainda aconteciam na África. Não nos cabe aqui avaliar a veracidade da informação desse folião tão ilustre, mais importante é assinalar a predisposição do clube em reafirmar os vínculos culturais entre a Bahia e a África, apesar da divulgação das teorias racistas que colocavam o continente africano como o último na escala da evolução.” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 232).

---

<sup>10</sup> “Entrudo era a brincadeira com água, farinha e máscaras que desde o tempo da colônia garantia a diversão dos foliões.” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 226).

Seguindo esse raciocínio, a participação ativa de Querino no grupo carnavalesco Pândegos da África nos indica outro sintoma desse “africanismo” e da sua ação promotora de “carnavalização da África” em contraste ao “afrancesamento” do carnaval baseado em idealizações culturais europeias desejadas pelas elites locais brancas (ALBUQUERQUE, 2009). Dessa maneira, Manoel Querino usava seus repertórios intelectuais e culturais para combater o preconceito de cor no cotidiano, assim como, contradizer os teóricos racialistas da elite intelectual de outrora.

Diante desses fatos, sua atitude antirracista para incluir o negro dentro do projeto civilizacional centrava-se na exaltação dos africanos e afrodescendentes como colaboradores tão dignos, ativos e capazes como o homem branco. Essa atitude era refletida tanto nos seus escritos como em seu cotidiano, podemos sugerir que Querino buscava nos africanos e na África ligações para reforçar sua própria identidade indesejada nos projetos nacionais forjados pelas elites intelectuais.

### **Considerações finais**

Mesmo em um período dominado pelas teorias racialistas no *métier* intelectual, tanto Manoel Querino quanto Juliano Moreira contribuíram, cada um a seu modo, para uma melhor representação do negro na sociedade. Ambos resistiram ao preconceito racial propondo ideias dissonantes e contestando a visão dominante que os viam como inferiores ou um problema para aquela sociedade. Entretanto as suas atitudes antirracistas não eram idênticas e tinha inspirações com sentidos diversos.

Hoje, percebemos um esforço na busca por referenciais de vozes que por muito tempo foram excluídas ou silenciadas nos debates acadêmicos. O resgate dessas vozes para recompor as reivindicações antirracista é algo sintomático e não foge às demandas da sociedade. Os esforços dos “baianos de outrora”<sup>11</sup> em levantar a voz num ambiente intelectual desfavorável que defendia explicitamente a

---

<sup>11</sup> Aqui faço alusão a obra “A Bahia de Outrora” lançada em 1916 do Manuel Querino.

inferioridade dos negros e mestiços parecem ecoar nos dias atuais. Esse eco será mais perceptível se fizermos um exercício de aproximação entre as táticas e atitudes antirracistas de Manuel Querino e Juliano Moreira e as práticas antirracistas evocadas na atualidade.<sup>12</sup>

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CÂMARA BRASILEIRA DOS LIVROS (CBL). **Jabuti: premiados 2020**, c2020. Disponível em: <<https://www.premiojabuti.com.br/premiados-por-edicao/premiacao/?ano=2020>>. Acesso em: 14 de dez. 2020

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da Liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

ENGEL, Magali Gouveia. Educação, sanitarismo e eugenia: o negro e a construção da identidade nacional nos debates científicos da Primeira República (1889-1930). In: **História do pós-abolição no mundo Atlântico: identidades e projetos políticos**. Niterói: EDUFF, v. 1, p. 49-63, 2013.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro. Editora 34; Universidade Cândido Mendel, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GLEDHILL, Sabrina. **Travessias no Atlântico Negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manoel R. Querino**. Salvador. EDUFBA, 2020.

\_\_\_\_\_. “Velhos respeitáveis”: notas sobre a pesquisa de Manuel Querino e as origens dos africanos na Bahia”. **História Unisinos**. São Leopoldo. Vol. 14 N° 3 - setembro/dezembro de 2010.

---

<sup>12</sup> De acordo com o Manual Antirracista de Djamila Ribeiro podemos aproximar, com as devidas ponderações, algumas atitudes antirracistas adotadas por Moreira e Querino evocadas em sua obra: Enxergue a negritude; Transforme seu ambiente de trabalho; Leia autores Negros; Questione a cultura que você consome; Combata a violência racial.

GUIMARÃES, A. S. A. **Manoel Querino e o pensamento negro no Brasil.** (artigo) 2004. Disponível em: <https://docplayer.com.br/13863122-Manoel-querino-e-a-formacao-do-pensamento-negro-no-brasil-entre-1890-e-1920-1.html>  
Acesso:16/12/2020.

MOREIRA, Juliano. “A luta contra as degenerações nervosas e mentais. **O Brazil-Medico: revista semanal de medicina e cirurgia.** Rio de Janeiro: Policlínica Geral do Rio de Janeiro, v. 36, P4, set-out, 1922. P. 226. Disponível em: <https://www.obrasraras.fiocruz.br/gallery.php?mode=gallery&id=47&page=1>  
Acesso em 14 de dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Impressões de uma viagem ao Japão em 1928.** Bibliotheca “Juliano Moreira”. Rio de Janeiro, 1935. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg219085/drg219085.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg219085/drg219085.pdf).

\_\_\_\_\_. Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil (1905). **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental.** São Paulo, v. 14, n. 4, p. 728-768, dezembro 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-47142011000400012](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142011000400012). Acesso em 14 de dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Seleção individual de imigrantes no programa de higiene mental. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental.** Rio de Janeiro, n. 1, mar. 1925. p. 115.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. **Revista Brasileira de Psiquiatria.** São Paulo, v. 22, n. 4, .178-179, dez.2000. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151644462000000400007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151644462000000400007&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 11 dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462000000400007>.

QUERINO, Manoel. **A arte culinária na Bahia.** Salvador. Editora Livraria Progresso, 1957.

\_\_\_\_\_. O colono preto como fator da civilização brasileira. **Afro-Ásia.** Salvador. n.13 v. p. 143-158 m. 1980. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20815>. Acesso em 14 de dez. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIOS, Iara Nancy Araujo. Juliano Moreira: Modernidade e civilização na primeira república brasileira. **Bahia com História,** v. 1, p. sem páginas, 2016.

RODRIGUES, RN. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011. ISBN 978-85-7982-075-5. Available from SciELO Books.

\_\_\_\_\_. **Os africanos no Brasil [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 303 p. ISBN: 978-85-7982-010-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ROMERO, Sílvio. “A poesia popular no Brasil”. **Revista Brasileira**, tomo I, jun-set, pág. 99, 1879.

\_\_\_\_\_. **Historiada Literatura Brasileira: Fatores da literatura Brasileira** (1888). [bn] Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2128](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2128) . Acesso em 14 dez. 2020.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANSONE, Lívio. Hiperbólicos italianos: as viagens dos integrantes da Escola Positiva de Antropologia na Itália pela América meridional, 1907-1910. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.27, n.1, p.265-274, jan.-mar. 2020.

SANTOS, Raquel Pinheiro do. **Manoel Bomfim e Juliano Moreira: aproximações e oposições ao racismo científico na Primeira República**. Dissertação de Mestrado. UERJ, 2014.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Juliano Moreira: o médico negro na fundação da psiquiatria brasileira** [livro eletrônico] / Ynaê Lopes dos Santos. – Niterói: Eduff, 2020.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA VASCONCELLOS. O Uso de fotografias de Africanos no Estudo Etnográfico de Manuel Querino. **Sankofa**. São Paulo. v, 04, p. 88-111, 2009.

VEJA. **Os livros mais vendidos (não-ficção)**, c2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/livros-mais-vendidos/nao-ficcao/>> . Acesso em:14 de nov. 2020.

VENÂNCIO. A.T. A. Doença Mental, Raça e Sexualidade nas Teorias Psiquiátricas de Juliano Moreira. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 14(2): 283-305, 2004.